

Relator quer votar este ano novo Código de Processo Civil

Senador Valter Pereira anuncia intenção de antecipar seu relatório final sobre a proposta. **3**

Valter Pereira adverte que esperar nova legislatura pode resultar em prejuízo na prestação da Justiça



Cristina Gallo/Senado Federal

Oposição admite ser difícil derrubar vetos à LDO

Oposicionistas dizem que ano eleitoral dificulta reunião do Congresso para restaurar prioridades vetadas por Lula. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.286 – Brasília, sexta-feira, 13 de agosto de 2010

Projeto muda cálculo da anistia. TCU vai reavaliar indenizações



Memórias Reveladas/Arquivo Nacional

Tribunal poderá alterar valores ou cancelar os pagamentos considerados inadequados. Proposta aguarda exame da CCJ

Iniciativa em debate no Senado adota novo critério de cálculo dos valores devidos aos anistiados políticos. Para Demostenes Torres, relator da matéria, valor da reparação deve levar em conta extensão

dos lucros cessantes e os danos emergentes e de natureza moral. Conforme deliberação do TCU, Ministério da Justiça deverá enviar ao tribunal todos os processos já julgados, para reavaliação. **3**

Manifestantes promovem ato em defesa da anistia política no país, aprovada pelo Congresso Nacional em 1979, no governo João Figueiredo

Jorge Yanai alerta para o difícil controle de fronteira **4**

Roberto Cavalcanti quer salvar praias de Cabedelo **4**

Acir Gurgacz anuncia nova estrada federal em Rondônia **4**



Cristina Gallo/Senado Federal

Senado coloca acervo de jornais na internet

Os cerca de 3 milhões de recortes de jornais da Biblioteca do Senado serão digitalizados e colocados à disposição dos internautas. O trabalho será realizado em parceria com a Gráfica do Senado. **2**

A diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira (D), acredita que a digitalização dos recortes ampliará substancialmente o acesso à memória política do país.

Em parceria com a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, a Biblioteca do Senado começa neste ano a colocar na internet seu acervo de recortes de periódicos

Três milhões de recortes de jornais serão digitalizados

UM ACERVO DE 3 milhões de recortes de jornais sobre os mais variados assuntos – aproximadamente 5 mil temas –, coletados pela Biblioteca do Senado desde 1974, sairá das estantes deslizantes, climatizadas e com sistema de segurança, onde está armazenado, para entrar no espaço virtual da internet, por meio da digitalização.

O processo de digitalização será realizado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica do Senado), que assim inicia uma nova modalidade de prestação de serviço.

A conclusão da primeira etapa está prevista para o final deste ano. São cerca de 160 mil recortes de jornais sobre eleição, partidos políticos e legislação eleitoral. Quando a digitalização estiver concluída, os interessados poderão ter acesso ao texto completo da notícia, com a recuperação podendo ser feita por autor, título, nome do jornal, data e assuntos, no site da Biblioteca Digital do Senado, pelo endereço www2.senado.gov.br/bdsf/.

– É um projeto importante para a memória brasileira, possibilitando o acesso ao nosso patrimônio histórico sobre ciências políticas e sociais em língua portuguesa. Vai representar uma mudança absoluta na democratização do acesso à informação – afirma a diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira.

Edição completa

Além de guardar os recortes de jornais classificados por temas, a Biblioteca do Senado mantém, em arquivos, a edição completa dos mesmos jornais em



Simone Bastos Vieira aponta a importância do projeto para a memória nacional

papel, trabalho que teve início em 1985 e já conta com mais de 60 mil exemplares. Em microfiches, há exemplares de alguns jornais mais antigos, com preciosidades, como a coleção do *Correio Braziliense* de 1808 a 1974.

Atualmente, nove jornais de circulação nacional são arquivados diariamente, em sua versão completa: *O Globo*, *O Dia*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Correio Braziliense*,

Jornal de Brasília e *Valor Econômico*. Mesmo com a digitalização, a versão integral dos periódicos continuará sendo arquivada.

Em 1987, a Biblioteca do Senado iniciou um processo pioneiro de digitalização de recortes de jornais sobre a cobertura da Assembleia Nacional Constituinte. O banco de dados sobre esse assunto conta, atualmente, com cerca de 34 mil textos, acessíveis em qualquer terminal de computador.

Empresa contratante poderá pagar encargos de temporário

O empregado temporário poderá ter seus direitos trabalhistas custeados pela empresa onde presta serviço, caso a firma fornecedora desse tipo de mão de obra não tenha condições financeiras de assumir esses encargos. Essa cobertura está em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em meio à análise de projeto de lei (PLS 92/06) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que trata da responsabilidade civil nos acidentes ocorridos durante a realização de trabalho temporário ou terceirizado.

A proposta chegou a entrar na pauta da CAS no esforço concentrado da semana passada, mas teve sua discussão adiada por pedido de vista do senador Belini Meurer (PT-SC). A intenção de Raupp é obrigar a empresa contratante do trabalho temporário a bancar o seguro contra acidentes de trabalho do prestador de serviço e a assumir a responsabilidade civil por acidentes registrados em suas dependências. Se o acidente ocorrer na sede da empresa fornecedora da mão de obra, caberá a ela assumir essa responsabilidade civil, segundo o PLS 92/06.

A falta de uma norma específica para regular o assunto e os prejuízos causados ao trabalhador pela tentativa das empresas contratantes e prestadoras de serviço de fugir dessa responsabilidade motivaram Raupp a apresentar o projeto. O autor explica que, enquanto uma legislação mais completa não é aprovada, optou por acrescentar essas medidas na Lei 6.019/74, que disciplina o trabalho temporário nas empresas urbanas.

Embora recomende a aprovação da proposta, o relator, senador José Nery (PSOL-PA), formulou duas emendas que modificam inteiramente seu conteúdo. Ele deixou expressa a responsabilidade subsidiária da empresa contratante quanto às obrigações trabalhistas do prestador de serviço. Originalmente, essa emenda fazia menção apenas à responsabilidade civil nos acidentes transcorridos no trabalho temporário ou terceirizado.

Na outra emenda, José Nery procurou reforçar que a inadimplência dessas obrigações trabalhistas implica a responsabilidade subsidiária da empresa cliente do trabalho temporário.



Valdir Raupp quer obrigar contratante a pagar o seguro contra acidentes



José Nery, relator, propõe mudanças importantes no projeto original

Senado lança livros e doa publicações na bienal

A Bienal Internacional do Livro de São Paulo deverá ser visitada por 700 mil pessoas na sua 21ª edição, iniciada ontem e que prossegue até o dia 22 de agosto. No total, estão mostrando suas publicações 350 expositores nacionais e estrangeiros, representando 900 selos editoriais. Um deles é o Senado Federal, que apresenta suas principais obras e promove lançamentos durante o evento.

No dia 20 de agosto, às 16h,

será realizada solenidade no estande do Senado para o lançamento dos livros *Anteprojeto do novo Código de Processo Civil*; *Licitações & contratos – orientações e jurisprudência do TCU*; e *Catálogo do acervo das obras de arte do Senado Federal*. O evento contará com a participação de Luiz Fux, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Senado lançará ainda *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador; *Memórias secretas de Carlota Joaquina*, de José Presas; *História da Independência do Brasil*, de Francisco de Varnhagen; e *O Tráfico de escravos do Brasil para o rio da Prata*, de Corsino Medeiros dos Santos.

Outro evento agendado (21 de agosto, às 16h) é a entrega de publicações em braile para entidades de apoio a portadores de deficiência visual de São Paulo.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h

O Plenário se reúne para sessão não deliberativa. Sem votações, essa sessão é destinada a debates dos parlamentares e comunicados da Mesa.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Relator quer antecipar parecer sobre novo CPC

O relator da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil (CPC), senador Valter Pereira (PMDB-MS), está trabalhando para entregar seu relatório antes do prazo final estabelecido no calendário de trabalho (22 de dezembro), para que o Plenário tenha tempo de votar o novo CPC ainda neste ano.

– Estamos correndo contra o tempo para adiantar todos os prazos previstos no plano de trabalho, aproveitando ao máximo o que foi produzido pelos estudiosos do Direito que fizeram parte da comissão de juristas – afirmou o relator, referindo-se ao grupo que elaborou o anteprojeto do novo código.

Pelo cronograma atual, os relatórios parciais dos seis senadores designados pelo presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), deverão ser apresentados de 30 de agosto a 26 de outubro. De 27 de outubro a 25 de novembro, Valter Pereira deverá elaborar seu relatório geral, que será votado no colegiado



Valter Pereira alega que novo Senado tende a reanalisar matérias

de 26 de novembro a 22 de dezembro, quando, então, será encaminhado ao Plenário. A partir daí, será estabelecido novo calendário de votações.

O relator acredita que é fundamental adiantar os prazos, uma vez que o Senado está no final de um período legislativo. A tendência de uma nova legislatura, avalia, é recomençar a análise das matérias.

– Se tudo começar da estaca zero, estaremos adiando a solução de problemas sérios que exigem a aplicação da Justiça – afirmou o relator, ao lembrar que o principal objetivo do novo CPC é dar celeridade ao Judiciário. O novo texto substituirá uma legislação de quase quatro décadas (Lei 5.869/73).

Próximos passos

A Comissão de Reforma do Código de Processo Civil (CPC) definiu, na primeira reunião, o calendário de atividades

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

31/ago.	Senado	10/set.	Florianópolis
1º/set.	Senado	13/set.	Rio de Janeiro
2/set.	Recife	14/set.	Belo Horizonte
3/set.	Salvador	20/set.	Campo Grande
9/set.	São Paulo	21/set.	Goiânia

Oposição admite que não será fácil anular os vetos à LDO

O projeto do Orçamento para 2011 pode ganhar forma sem prévia participação do Legislativo na definição das prioridades de investimento do período, se mantidos os 603 vetos do governo ao anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que relaciona obras e serviços para os quais devem ser garantidos recursos. Nesse caso, a proposta que chegará até o fim do mês ao Congresso espelhará apenas as escolhas prioritárias do próprio Executivo para, por exemplo, os projetos contemplados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Integrantes da oposição

condenam os vetos e cobram reação, mas admitem que é difícil anular os cortes feitos pelo presidente Lula ao sancionar a LDO esta semana. A reação seria dificultada, entre outras razões, pelo ano eleitoral, com a atenção dos parlamentares dirigida às próprias campanhas ou ao apoio aos correligionários nos estados – por isso, o trabalho no Congresso, até outubro, está sendo conduzido em dias predefinidos de esforço concentrado de votações.

– Tudo fica mais difícil, mas não podemos nos conformar. O Congresso deveria ter vergonha de ser pisado pelo Executivo e se reunir para derrubar esses vetos – propõe Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observa que, mesmo em períodos de maior normalidade, raramente o Congresso se reúne para derrubar vetos do Executivo. Desse modo, os vetos atuais podem virar “fato consumado”.

– Fui governador de meu estado e lá meus vetos eram analisados na semana seguinte à divulgação dos atos. Aqui, os vetos acontecem e nunca mais se fala sobre eles ou raramente se fala – criticou Azeredo.



Eduardo Azeredo observa que é raro o Congresso derrubar vetos

Analise a ser feita pelo tribunal poderá alterar valores ou até mesmo suspender os pagamentos, que também são objeto de proposta em exame na Comissão de Justiça

TCU revisará indenização aos anistiados. Projeto muda a lei

O TRIBUNAL DE Contas da União (TCU) decidiu na quarta-feira fazer uma revisão nos valores das prestações mensais pagas aos anistiados políticos. Essas indenizações também são objeto de projeto de lei que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A decisão do TCU atinge brasileiros que tiveram prejuízos reconhecidos pelo Estado por terem sido compelidos a afastar-se de suas atividades profissionais durante o regime militar. Com a decisão do tribunal, estão sujeitos a reanálise os valores fixados pela Comissão de Anistia desde o início da vigência da Lei 10.559/02 – que regulamentou o regime dos anistiados políticos, previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A partir da deliberação do tribunal, o Ministério da Justiça, onde funciona a Comissão de Anistia, terá de enviar à corte todos os processos já julgados, o que poderá resultar na alteração de valores e até mesmo na suspensão de pagamentos de reparações consideradas inadequadas.

Já o projeto do Senado (PLS 517/07) prevê que seja modifica-



Para Demostenes, pagamento deve levar em conta a extensão do dano

da a forma de cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos aos anistiados. Determina ainda fiscalização sobre as decisões referentes às indenizações a eles concedidas.

Desconto

De autoria do ex-senador Expedito Júnior, o projeto altera a Lei do Anistiado. Entre outras mudanças, o texto prevê que sejam descontados do total a ser pago pelo Estado, por danos ma-

teriais, os valores recebidos pelo anistiado em atividade remunerada exercida no período no qual teria sofrido prejuízos em decorrência do regime militar.

Ele observa serem conhecidos “casos de anistiados que não apenas conseguiram meio de subsistência após a intervenção do regime ditatorial em suas vidas – que os forçou a mudarem de trabalho e mesmo de país –, mas que chegaram a amealhar patrimônio material considerável”.

O relator da matéria na CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), concorda com Expedito Júnior e considera justo o detalhamento, nesses processos, das indenizações por danos materiais para deduzir os valores recebidos pelo anistiado em atividade profissional desempenhada durante o regime militar.

Para Demostenes, a indenização deve necessariamente ser medida pela extensão do dano causado ao anistiado, englobando em seu cálculo lucros cessantes, danos emergentes e o dano de natureza moral. Se aprovado pela CCJ, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.



Ato pela anistia, no Rio de Janeiro, em 1979: indenizações pagas pelo Estado podem ser revistas ou até mesmo suspensas

Reparações milionárias causam polêmica

A concessão de indenização aos anistiados políticos é objeto de polêmica desde a regulamentação do tema, com a promulgação da Lei 10.559/02. A controvérsia ganhou força devido aos valores atribuídos a vários anistiados. Os críticos veem exagero no valor das indenizações, que representam o reconhecimento do Estado de abusos cometidos contra os opositores do regime militar (1964-1985).

Os valores pagos aos então perseguidos políticos são arbitrados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Em 2004, o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony obteve indenização mensal superior a R\$ 23 mil, além de um montante retroativo de R\$ 1,4 milhão. Em 2008, a Comissão de Anistia concedeu aos cartunistas Zivaldo e Jaguar reparações no valor

mensal de R\$ 4.375, além de mais de R\$ 1 milhão em caráter retroativo.

Histórico

A Lei 6.683/79, que ficou conhecida como Lei de Anistia, não tratou da reparação, mas apenas do retorno ou reversão ao serviço ativo do servidor civil ou militar demitido por motivos políticos. Quase dez anos depois, as disposições constitucionais transitórias da Carta de 1988 previram a possibilidade de reparação aos perseguidos políticos, mas deixaram para a legislação infraconstitucional a fixação dos parâmetros para esse fim.

A primeira tentativa de reparação surgiu em 1995, com a Lei 9.140, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em

atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

Regulamentação

A Lei 10.559/02 regulamentou o regime do anistiado político e a reparação econômica de caráter indenizatório, colocando em prática o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. Criaram-se dois tipos de reparação: em prestação única limitada a R\$ 100 mil e em prestação mensal, permanente e continuada.

A indenização limitada a R\$ 100 mil seria concedida aos que não pudessem comprovar vínculo de trabalho. Já o valor da prestação mensal corresponderia ao da remuneração que o anistiado receberia se estivesse na ativa. No caso, seria levada em conta a graduação a que o requerente teria direito.

Senador cita exemplo de Mato Grosso, que tem mil quilômetros de divisa com a Bolívia, o que cria problemas para o poder público combater o tráfico de drogas

Yanai aponta dificuldade de fiscalizar fronteira terrestre

O SENADOR JORGE Yanai (DEM-MT) chamou a atenção ontem, em Plenário, para a dificuldade que o país tem de controlar e fiscalizar suas fronteiras, principalmente as terrestres. Ele registrou que o estado de Mato Grosso, por exemplo, tem fronteiras fluviais e terrestres com a Bolívia que somam quase mil quilômetros.

– Imaginem a dificuldade para controlar tão ampla e sensível zona limítrofe – disse.

Um dos problemas, segundo Yanai, acontece com o grande número de brasileiros e bolivianos que cruzam as fronteiras cotidianamente. Assim, os sistemas de saúde e educacional das cidades brasileiras fronteiriças (como Cáceres) ficam sobrecarregados, pois têm de atender tanto brasileiros quanto bolivianos.

Outro fato preocupante é a falta de condições das autoridades brasileiras de realizarem o controle aduaneiro de bens e mercadorias e o combate a atividades criminosas, como o tráfico de drogas.

Yanai informou que a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) realizaram no mês passado megaoperação contra o tráfico nas fronteiras com a Bolívia, com a ajuda das



Jorge Yanai também destaca, no discurso, incêndio que destrói Marcelândia

Forças Armadas e do Poder Judiciário. A Receita Federal, a Força Nacional de Segurança e a Polícia Rodoviária Federal também atuam na região, acrescentou. No entanto, ele considera que as ações do poder público precisam ser aperfeiçoadas e intensificadas.

– A fronteira de Mato Grosso com a Bolívia é uma das principais entradas de cocaína do Brasil – esclareceu o senador, ao lamentar que as atividades das autoridades, na maioria das vezes, não contam com o apoio da população local, pois o tráfico de cocaína acaba sendo um fomentador da economia.

Destruição

O incêndio de grandes proporções que atinge desde quar-

ta-feira o município de Marcelândia, distante 700 quilômetros da capital Cuiabá, também foi comentado por Jorge Yanai.

De acordo com o senador, 40% do setor industrial da cidade foi destruído e mais de cem famílias estão desabrigadas. Iniciadas em um lixão, segundo Yanai, as chamas se alastraram rapidamente devido à seca.

Membros da Defesa Civil, da Brigada Municipal de Combate ao Fogo, da polícia militar e do corpo de bombeiros da região estão combatendo o incêndio.

– O fogo destruiu 16 serrarias, caminhões, máquinas, madeiras estocadas, além de animais, como bovinos e suínos. Um dos maiores incêndios já ocorridos em Mato Grosso – lamentou o senador.

Roberto Cavalcanti pede esforço para salvar praias de Cabedelo

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pediu ontem, ao Ministério da Integração Nacional, ajuda para Cabedelo (PB) reconstruir os gabiões (muros de sustentação feitos de pedras arrumadas dentro de uma tela) que protegem as praias do município. A obra é considerada essencial para a preservação da orla marítima daquela cidade.

Cavalcanti disse que, nos últimos 15 anos, os gabiões preservaram as praias de Cabedelo do avanço do mar, mas agora a degradação da paisagem da

orla adquire “uma visibilidade dramática”. O senador exibiu fotos dos locais devastados, enviadas pelo prefeito de Cabedelo, José Francisco Régis. Até muros de casas próximas à praia estão sendo destruídos.

O senador citou estudos dos professores Sônia Matos Falcão, Eduardo Rodrigues Viana de Lima e Utaiguara Nóbrega Borges, da Universidade Federal da Paraíba, com advertências sobre a ocupação da faixa litorânea brasileira. O estudo afirma que Cabedelo, por ser dotada de



Roberto Cavalcanti dirige apelo ao Ministério da Integração Nacional

atributos singulares, transformou-se em ponto de atração e experimenta processos acelerados de uso e ocupação.

Acir Gurgacz anuncia que a RO-399 será a futura BR-435

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse em Plenário que o estado de Rondônia está comemorando a futura transformação da rodovia estadual RO-399 em rodovia federal BR-435. A estrada está localizada no Cone Sul de Rondônia, na divisa com Mato Grosso, e liga a cidade de Vilhena com o município de Pimenteiras, passando pelas cidades de Colorado e Cerejeiras.

– Vocês, meus amigos de Pimenteiras, Colorado, Cerejeiras e Vilhena, têm muito a comemorar com a federalização da RO-399. A região de vocês é próspera, tem uma agroindústria pujante. Precisa

e merece uma rodovia federal, mais larga, mais segura. Será por ela que continuarão passando seus produtos, o fruto do seu trabalho, no futuro com mais garantia e segurança, dentro de uma adequação às classificações de categorias de estradas estabelecidas pelo Ministério dos Transportes – afirmou.

Gurgacz assinalou que atualmente o acesso à RO-399 é difícil e inseguro, com o registro de muitos acidentes. De acordo com o senador, já está prevista a duplicação desse trecho e a construção de um trevo adequado ao tráfego pesado. Ele acrescentou que Rondônia pre-



Federalização está sendo comemorada por Rondônia, diz Acir Gurgacz

cisa desse tipo de investimento em infraestrutura e que os três níveis de governo – federal, estadual e municipal – deveriam se empenhar no planejamento dessas obras que beneficiam o cidadão comum.

Projeto dá prioridade judicial às pessoas com deficiência

Pessoas com deficiência passarão a ter prioridade em processos judiciais, em qualquer instância, desde que a causa tenha vínculo com a própria deficiência. Proposta com esse objetivo está sendo examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em caráter terminativo.

Apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o projeto (PLS 216/04) tem parecer favorável do relator, Flávio Arns (PSDB-PR).

Alvaro Dias observa já haver legislação que assegura às pessoas com deficiência prioridade em outras circunstâncias, como causas em repartições públicas, por exemplo, mas que o mesmo tratamento não foi estendido à esfera judicial. Segundo o senador, essa alteração é fundamental tendo em vista que muitas pessoas com deficiência são obrigadas a aguardar a morosa solução de processos que têm relação direta com a aquisição de sua deficiência, tais como erros médicos e acidentes de trabalho e de trânsito.

Flávio Arns também ressalta a urgência necessária na solução de processos relacionados ao exercício de direitos específicos das pessoas com deficiência, como os relativos à acessibilidade.

O relator lamenta que, embora apresentando avanços,



Relator, Flávio Arns limita prioridade a processos vinculados à deficiência

a Lei 12.008 /09 – que institui prioridade de tratamento em procedimentos judiciais em prol de pessoas idosas ou com doenças graves e também na tramitação de procedimentos administrativos em que figure, como parte ou interessado, pessoa com deficiência – não tenha contemplado a prioridade dos portadores de deficiência no trâmite de processos judiciais.

Flávio Arns opinou pela aprovação da proposta, na forma de texto substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que limita a prioridade nos processos judiciais e administrativos às causas que tenham vínculo com a própria deficiência. O projeto altera a Lei 7.853/89 e o Código de Processo Civil (Lei 5.869/73).

Senadora defende acesso aos serviços de hemodiálise

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou requerimento de informações ao Ministério da Saúde, solicitando dados sobre os procedimentos de hemodiálise realizados pelo Serviço Único de Saúde (SUS).

De acordo com informações da senadora sobre o Censo 2009 realizado pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, cerca de cem mil brasileiros sofrem com doenças renais crônicas e necessitam de hemodiálise.

Ainda segundo a pesquisa, apenas 77 mil conseguem ter acesso ao tratamento. A estimativa geral é de que aproximadamente 13 milhões de brasileiros sofram com doenças renais.

Marisa considera alarmantes os números do censo e cobra respostas do governo.

– As pessoas podem morrer por falta de tratamento e isso é inaceitável – afirmou.

A senadora pretende que o ministério informe o número de pacientes que precisam do tratamento em cada estado, estabelecendo a relação entre o número de pacientes e a quantidade de equipamentos disponíveis.

Outros fatores levantados pela senadora dizem respeito aos percentuais de atendimentos realizados pelo SUS, em rede própria ou privada, além da assistência filantrópica, e quais investimentos foram feitos para



Marisa Serrano quer informações sobre pacientes e equipamentos

a criação ou reestruturação de serviços de saúde e para a compra de equipamentos destinados à hemodiálise, dentro do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus).

Marisa Serrano solicita ainda informações sobre o montante de investimentos previstos no último Plano Plurianual para os serviços de hemodiálise no país, e sobre quanto foi investido nos últimos cinco anos.

– Estas informações são fundamentais para que se possa avaliar o atendimento, identificar as principais carências existentes e as possíveis soluções. É preciso garantir o acesso dos pacientes renais crônicos a serviços de hemodiálise de qualidade, porque sem conhecimento, não temos como lutar em prol do tratamento digno para estas pessoas – explicou.